

Relatório da reunião com presidência do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Local: DG/INSS

Dia: 25/01/2018

Representantes do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social: Francisco Paulo Soares Lopes, presidente; Alexandre Guimarães, diretor de Gestão de Pessoas; Alessandro Roosevelt, diretor de Benefícios; Paulo Osório, assessor de Comunicação; Oliveiros Silva Mendes Júnior, coordenador de Desenvolvimento de Carreiras; e Anelísia Gabriela Assunção, coordenadora de Carreira e Educação.

Representantes da CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social: Terezinha de Jesus Aguiar, Valdir Sabino, Ronaldo Alcântara, Ronilson Francisco Nunes, Luiz Eustáquio e Lucia Maria dos Santos.

A reunião, que teve início às 16h40, foi realizada na quinta-feira, 25 de janeiro, com a presença do presidente do Instituto, sr. Francisco Lopes, que informou que daria respostas às pautas discutidas no encontro realizado em 19 de janeiro do corrente ano.

Na oportunidade, Lopes reiterou a importância do encontro e mencionou que há uma visão de que os servidores do INSS são geradores de despesas ao conceder benefícios. No entanto, ponderou que medidas devem ser tomadas visando um maior filtro e o fortalecimento na folha de pagamento dos benefícios. Hoje, os sistemas de pagamentos são muito frágeis. Falou, ainda, da grande quantidade de indeferimentos, resultado de influências externas e uma legislação e sistemas que não estão adequados aos processos de trabalho.

Em seguida, o diretor de Atendimento fez uma apresentação do COMPLIANCE - Conformidade das Medidas de Controle Interno Preventivo e Corretivos, a partir de medidas e projetos de gestão e novas tecnologias que propõem evitar as fraudes e erros administrativos. O INSS atende mais de um milhão de pessoas em todo o país e, após análise de requerimentos, 40% são indeferidos. Destacou que no ano passado 1.600 servidores foram demitidos. O INSS é o órgão que mais demite por envolvimento em fraudes. Concluiu sua exposição mencionando que até junho deste ano pequenos vídeos serão disponibilizados

nas redes sócias e facebook para informar aos servidores as alterações que serão implantadas no Instituto.

Prosseguindo às discussões, foi a vez do diretor de Gestão de Pessoas, Alexandre Guimarães, falar sobre o programa de capacitação para 2018. Destacou que o Instituto deve aprimorar a gestão do conhecimento e que, para tanto, a capacitação e treinamento devem alcançar 100% dos servidores das APS's – Agências da Previdência Social ao padronizar procedimentos e as metas traçadas pelo INSS. Lembrou que o objetivo é aumentar o número de servidores na análise e na capacidade de concessão.

Na sequência, o diretor passou a palavra para o representante de sua equipe técnica que esclareceu que o objetivo deste ano para o processo de capacitação para análise de requerimentos de benefícios prevê atingir 1.250 servidores, tendo como resultados esperados o acréscimo de um milhão e duzentos mil no número de análises de processos. Estão previstas, ainda, a atualização e a capacitação de mais 1.250 servidores que já fazem análise de requerimento, possibilitando, desta forma, a redução em 35% do número de recursos.

O presidente lembrou que hoje a ação do MOB é corretiva e que, ao contrário, o trabalho deve ser, sobretudo, preventivo. Em seguida passou a palavra ao diretor de Benefícios, Alessandro Roosevelt, que fez sua fala a partir de uma apresentação em que foram destacados os programas de capacitação previstos para 2018. Lembrou que a tendência é a demanda espontânea diminuir com as medidas a serem tomadas pelo órgão, o que foi contestado pelas entidades.

Francisco Lopes informou sobre uma reunião da equipe da Diretoria de Gestão onde cinco superintendentes regionais apresentaram uma proposta de produtividade/gratificação específica para servidores nas Agências da Previdência Social, cuja produtividade seria mensurada de forma específica, inclusive com a liberação do SISREF. Destacou que esta proposta se encontra em estudo pela equipe da Diretoria de Gestão que deve, em seguida, montar um Grupo de Trabalho para estudar a proposta final, que será minutada e apresentada às entidades nacionais representativas dos trabalhadores.

Os representantes dos trabalhadores destacaram que concordam com os projetos apresentados, porém que seria importante aprofundar e aprimorar esse debate de capacitação e controle interno dos processos em uma agenda específica, em virtude da longa extensão de tempo decorrido por conta das apresentações. A CNTSS/CUT também cobrou a resposta da pauta que foi

protocolizada no INSS. Abaixo as respostas apresentadas pelo presidente Francisco Lopes:

- 1. REAT:** As entidades cobraram esclarecimentos sobre boatos do fim do REAT, inclusive com a revogação da Resolução nº 336/2013, ora em circulação nas Agências em todo país. Em resposta Lopes reagiu com indignação e disse saber quem espalhou o boato e que solicitou a abertura de um PAD - Processo Administrativo Disciplinar contra essa pessoa e acrescentou: “há, sim, uma intenção de causar um caos nas Agências”. Ele se comprometeu fazer circular via intranet uma **Nota** esclarecendo e informando que o REAT está mantido. A CNTSS/CUT destacou a importância da manutenção do REAT para as APS's que já se encontram no Regime de Turnos Estendidos, ampliando a adesão, além da extensão para as PEX's, conforme negociações da greve de 2015, quando foi encaminhado o Aviso Ministerial nº 63 no final daquele ano pelo extinto MPS ao Ministério do Planejamento, ainda sem resposta. Lopes solicitou à sua assessoria presente que localizasse o referido Aviso Ministerial.
- 2. 30 horas para área meio:** A CNTSS/CUIT pautou a extensão das seis (06) horas para a área meio, porém o presidente do INSS destacou que o Instituto não tem meios legais para propor essa extensão para área meio. Lopes solicitou que as entidades apresentassem uma proposta que encaminharia para estudos com a finalidade de prosseguir com esta discussão sobre a viabilidade de sua implementação.
- 3. Devolução dos dias parados nas greves gerais 2017:** Sobre os cortes de quatro (04) dias paralisados durante a greve, este processo de negociação ainda pendente. O presidente informou que esteve pessoalmente no Planejamento procurando informações acerca de um ofício encaminhado pelo MDS/INSS sobre as paralisações e os cortes de ponto. Esta demanda ficou para ser finalizada na próxima reunião, agendada para daqui há dez dias.
- 4. Jornada de trabalho/carga horaria para as PEXs:** A CNTSS/CUT sugeriu resgatar o Aviso Ministerial - MPS que foi encaminhado para o Ministério da Previdência tratando das 30 horas para as PEX's. O presidente do INSS e sua assessoria ficaram de localizar este ofício.
- 5. Terceirização:** Na reunião realizada no dia 19/01, foi feita uma denúncia sobre a terceirização das atividades privativas da carreira do Seguro Social

em Agências de Minas Gerais no âmbito da Superintendência II e até a presente data não houve retorno sobre este tema. De acordo com Francisco Lopes, em 24 de janeiro houve uma reunião com os superintendentes onde foi negado que tais questões estejam acontecendo. O presidente afirmou que é contrário a privatização na área finalística do INSS.

- 6. Feriados Estaduais e Municipais:** A CNTSS/CUT lembrou que esta é uma demanda que tem que ser resolvida, pois o próprio Ministério do Planejamento tem legislação que garante o fechamento de unidades federais nos estados ou municípios por ocasião de feriados locais. O presidente se comprometeu que tão logo o novo Procurador Autárquico, Edson Garcia, assuma a Procuradoria, solicitará parecer legal a respeito da competência de os superintendentes decidirem sobre essas demandas.
- 7. Comitê de Carreiras e Carreiras:** É pendência do Acordo de Greve de 2015 e está na Lei 13.324, de junho de 2016, que se encontra parado a espera de despacho no Ministério do Planejamento. A CNTSS/CUT destacou que mesmo com as profundas mudanças e os impactos das novas tecnologias porque passam os processos de trabalho - INSS Digital e Teletrabalho - é fundamental a instalação do Comitê de Carreiras. O objetivo é assegurar as atribuições e responsabilidades dos servidores neste contexto, ou seja, o processo de profissionalização dos servidores.
- 8. Serviço Social:** As demandas foram apresentadas pela Comissão Nacional da FENASPS, ora discutidas exaustivamente desde as gestões anteriores da direção do INSS, e tratam da importância e necessidade de autonomia dos profissionais no exercício do trabalho e da profissão com a edição de memorandos circulares que esbarram nas legislações que normatizam o trabalho dos assistentes sociais. Outro ponto debatido foi a recomposição da equipe da Divisão do Serviço Social, além de alterações no Regimento Interno com sugestões enviadas por toda categoria. Vale destacar que a assistente social de Alagoas participou da reunião que finalizou o documento entregue ao presidente do INSS, Francisco Lopes.
- 9. Liberação de dirigentes sindicais:** Há mais de um ano esse debate tem sido feito com DGP e tratado também na pauta da CNTSS/CUT. Em reunião de trabalho realizada em março de 2016, através de uma minuta elaborada pela DGP, as entidades nacionais discutiram e propuseram emendas, que

já passaram pelo parecer legal no INSS, MDS e se encontram neste momento no Ministério do Planejamento.

10. Concurso público: Lopes informou que não obteve garantias por parte do Ministério do Planejamento sobre a chamada solicitada pelo INSS de 475 aprovados no último concurso. Disse, ainda, que, ao receber deputados em audiências, tem pedido que intervenham junto ao Ministério sobre a necessidade desta convocação. Mencionou que está fazendo contatos com a CNI - Confederação Nacional da Indústria e o CIEE – Centro de Integração Escola Estado visando parcerias no Programa Primeiro Emprego, com a finalidade de trazer estagiários para atuarem nas APS's em todo o país.

11. Seminário de INSS Digital e Teletrabalho: A CNTSS/CUT propôs a realização de um Seminário Institucional sobre este tema. De acordo com Lopes, há um estudo para averiguar a possibilidade de uma atividade desta natureza em março de 2018.

12. Histórico dos processos de trabalho no INSS: A CNTSS/CUT apresentou documento que discorre sobre os processos de reorganização do trabalho no Instituto, visando a melhoria no atendimento desde 1998. O texto aborda desde a criação do PMA - Programa de Melhoria do Atendimento até o INSS Digital. O objetivo do documento é mostrar para os atuais dirigentes do INSS que o vai e vem de implantação de programas termina por sucumbi-los.

13. SIASS - Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor: Sob a coordenação do Ministério do Planejamento, o programa foi instituído em 2009 e implantado nos Estados visando possibilitar ações na promoção e vigilância em saúde, perícia, assistência à Saúde do servidor. Contudo, as unidades conveniadas e executoras nos Estados estão sucateadas e o atendimento está se dando de forma precária, seja pelas dificuldades encontradas pelas equipes multiprofissionais (técnicos, médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais), por conta das aposentadorias, deficiências em estruturas tecnológicas e físicas dos locais de atendimento, entre outros motivos. Neste sentido, há a possibilidade de redirecionamento das perícias a serem realizadas pelos médicos peritos do INSS. A CNTSS/CUT chamou a atenção do presidente do INSS, que já foi procurado pelo Ministério do Planejamento, sobre esta condição. Ficou definido que este tema será pauta na próxima reunião, uma vez que os

técnicos do Instituto buscarão mais informações junto ao Ministério do Planejamento.

14. Conclusão: Para os participantes da CNTSS/CUT a reunião foi positiva, pois a pauta apresentada pelas entidades foi discutida, com algumas respostas já apresentadas e outras que foram encaminhadas. Porém ainda estamos no plano das intenções e intenções não significam que existiram conquistas. Tem ainda muita “água para rolar” e isto depende somente da DG/INSS. Temos que manter a estratégia de negociação e envolver ainda mais o novo grupo dirigente do Instituto. Precisamos fortalecer nossa equipe e avançar no que for possível. Temos dez dias para ouvir a categoria e apresentar propostas. Não podemos ter ilusões de que estamos negociando com leigos. O nosso compromisso é com os trabalhadores em geral, com a sociedade brasileira, com a profissionalização dos servidores do INSS, pela qualidade de vida destes profissionais, carreira, sistemas adequados e eficientes de trabalho, reposição da força de trabalho e a garantia dos direitos do RGPS e dos benefícios da Assistência Social.

**Terezinha (Teca) de Jesus Aguiar
Secretária de Comunicação CNTSS/CUT
Goiânia, 29 de janeiro de 2018.**